



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638657 - SC (2021/0001485-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RODRIGO RAMOS DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : ALEX DIAS  
**CORRÉU** : FABIANO SANTANA SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO RAMOS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0009220-28.2018.8.24.0008).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos, 8 meses e 10 dias de reclusão, por infração ao art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. 65, III, "d", do Código Penal; e de 3 anos e 6 meses de reclusão, por infração aos arts. 12 e 16, caput, ambos da Lei n. 10.826/2003, c/c art. 65, III, "d", na forma do art. 70, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta que "no caso vertente, constata-se que o Juízo de origem, na primeira fase da dosimetria penal, exasperou a pena-base em 1/5 e, apesar de aplicar a fração superior a 1/6, sequer fundamentou o empregou da fração mais gravosa. Dessarte, porquanto ilegal o aumento da pena-base na primeira fase em virtude das circunstâncias, necessário o afastamento do referido aumento para reduzir a pena-base do Paciente (e também a pena definitiva), subsidiariamente, necessária a adequação da exasperação para a fração de 1/6. "(fl.09)

Aduz, que "o fato de haver concurso de pessoas e divisão de tarefas – são circunstâncias normais e inerentes ao tipo penal disposto no art. 33, da Lei n. 11.343/2006. Assim, não havendo motivos, circunstâncias e consequências além daqueles normais à espécie (tráfico de drogas), não havendo nelas nenhuma reprovação que extrapole aquela já conferida ao referido ilícito penal, merece reparo a sentença, quanto ao ponto, fixando a pena-base no mínimo legal. " (fl. 10)

Alega, por fim, que "no caso em tela deve ser reconhecida a diminuição legal

prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, na fração máxima de 2/3 para reduzir a pena definitiva do paciente. " (fl. 13)

Requer, liminarmente, a suspensão de todos os efeitos da condenação, até o julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastada a exasperação da pena base, bem como seja aplicada a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente